

11/11/2024

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2025

Nº.002/A.A.Aveiro

Objeto:
**DESENVOLVIMENTO DA ACTIVIDADE DESPORTIVA -
ATLETISMO**

outorgantes:

- 1. FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO (FPA)**
- 2. ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE AVEIRO**

Entre:

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO, pessoa coletiva de direito privado, federação desportiva unidesportiva, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido através de Despacho n.º 36/93, de 29 de novembro, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 288, de 11 de dezembro, com sede na Largo da Lagoa, 15 B, 2799-538 Linda-a-Velha, NIPC 501136517, adiante designada por 1.ª outorgante, aqui representada por Domingos da Silva Castro, na qualidade de Presidente,

E

Associação de Atletismo de Aveiro, pessoa coletiva de direito privado, entidade unidesportiva, titular do estatuto de utilidade pública concedido por despacho de 19 de Dezembro de 2001, nos termos do Decreto-Lei nº460/77, de 7 de Novembro, conforme consta da Declaração nº15/2002 (2ª serie) publicada no Diário da Republica, 2ª serie, nº15 de 18 de Janeiro de 2002, com sede na(o) Rua de Espinho, nº 57 - 3811-901 Aveiro, NIPC 501573950, adiante designada por 2.ª outorgante, aqui representada por Mário Simões Cordeiro, na qualidade de Presidente,

Considerando que:

- A. A Federação Portuguesa de Atletismo é a entidade máxima da modalidade do Atletismo em Portugal e única federação desportiva cuja atividade do Atletismo está incluída nos seus estatutos, e a quem foi atribuído Estatuto de Utilidade Pública;
- B. Sob tutela da FPA, estão todas as disciplinas dos setores de corrida, marcha, saltos e lançamentos que se realizam em Pista Coberta ou Ar Livre e as disciplinas que se realizam fora de pista, nomeadamente Estrada, Corta-mato, Montanha e Trail Running.
- C. A Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto):
 - Define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto;
 - Estabelece o modelo de organização das Federações desportivas, Associações territoriais (distritais ou regionais) e Clubes desportivos;
 - Estabelece que os eventos desportivos, nomeadamente provas de Estrada, Trail, etc. que ocorram em espaços públicos devem ser previamente autorizados pela federação desportiva com competência sobre a modalidade;
 - Estipula a obrigatoriedade das Federações possuírem contabilidade organizada;
 - Torna obrigatória a verificação da situação de cumprimento das suas obrigações fiscais junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e da Segurança Social (SS);
 - Estabelece o princípio de que o financiamento da atividade desportiva deve ser titulado por contratos-programa;
- D. O Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro:
 - Define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
 - Estabelece que os apoios financeiros atribuídos pelas Federações Desportivas às Associações territoriais são obrigatoriamente titulados por contratos-programa de

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege pelos Considerandos *supra* e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

Constitui objeto do presente contrato:

- a. a concessão de uma comparticipação financeira de natureza pública à execução do respetivo Programa de Desenvolvimento Desportivo, consubstanciado no Plano de Atividades e Orçamento de 2025 e respetivo formulário de candidatura, que a 2ª Outorgante apresentou à 1ª Outorgante, que se propõe efetivar no decurso do corrente ano, e que consta como Anexo do presente contrato enquanto "Anexo I" em cumprimento do art.º 11.º, n.º 1 do DL 273/2009;
- b. delegação de poderes da Federação Portuguesa de Atletismo nas Associações Distritais ou Regionais para o exercício de determinadas funções.

CLÁUSULA SEGUNDA

Período de execução do programa

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa tem início a 1 de janeiro de 2025 e termina a 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA TERCEIRA

Comparticipação financeira e sua disponibilização

1. A comparticipação financeira a prestar pela 1ª Outorgante à 2ª Outorgante, para apoio exclusivo à execução do programa desportivo referido na cláusula 1.ª, é de €59 183 (cinquenta e nove mil, cento e oitenta e três euros).
2. A comparticipação acima referida é disponibilizada em regime duodecimal, devendo os montantes mensais da comparticipação ser disponibilizados até ao dia 30 de cada mês.
3. Durante os primeiros meses de vigência do presente ano, e até celebração, entre a 1ª outorgante e o IPDJ, do contrato programa de desenvolvimento para o presente ano, as comparticipações, pagas a título de duodécimos, tiveram por referência os valores acordados no âmbito do contrato programa celebrado entre 1ª e 2ª Outorgantes para o ano anterior.
4. Os duodécimos pagos tendo por referência o contrato programa do ano anterior, a que se alude concretamente no ponto 3 da presente cláusula, serão acertados após apuramento dos valores a atribuir em duodécimos às Associações de Atletismo, atentando-se à diferença, decorrente de cálculo aritmético, dos valores contratados para este ano e para o ano anterior.
5. A alteração dos fins a que se destina a comparticipação financeira prevista no presente contrato só poderá ser feita mediante acordo escrito constante de aditamento ao presente contrato, obrigatoriamente precedido de autorização escrita da FPA, com

desenvolvimento desportivo, que serão celebrados nos termos do referido Decreto-Lei;

- Estabelece, entre outros aspetos, que as entidades beneficiárias de apoios nos termos do referido decreto-lei - entre as quais, diretamente a Federação desportiva e, indiretamente, as Associações territoriais – devem:

- Certificar as suas contas, por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas, salvo quando os apoios concedidos no ano económico sejam estimados pela entidade concedente em valor inferior a € 50 000;
- Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos gastos incorridos por contrato-programa e a identificação dos rendimentos obtidos.

E. O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ) e a Federação Portuguesa de Atletismo (FPA) celebraram a 05 de maio de 2025 um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo (com a referência CP/092/DDF/2025), o qual se encontra publicado no site do IPDJ, tendo por objeto o desenvolvimento da prática desportiva, o enquadramento técnico e alto rendimento e seleções nacionais para o ano de 2025, que a FPA se propõe executar;

F. A 1ª Outorgante atua na qualidade de Federação Desportiva de uma modalidade desportiva individual (Atletismo), com o estatuto de Utilidade Pública Desportiva e que a 2ª Outorgante é uma associação territorial de clubes (vulgo associação distrital ou regional), estando inscrita como associada efetiva junto da 1ª outorgante;

G. Que a Assembleia-Geral da 1ª Outorgante de 20 de Abril de 2012 aprovou os critérios e respetivos ponderadores de distribuição das participações financeiras (vulgo duodécimos) às Associações, decorrentes da execução do programa 1 – Desenvolvimento da Prática Desportiva.

H. Que foi determinado para o ano de 2025, um valor de €980 600 de participações financeiras a conceder pela 1ª Outorgante aos seus associados efetivos, entre os quais a 2ª Outorgante;

I. Que a FPA disponibiliza ao 2º Outorgante um conjunto de plataformas eletrónicas e soluções tecnológicas, sem custos diretos para os associados;

J. O Decreto-Lei nº 45/2015, de 09 de Abril, define as formas de proteção do nome, imagem e atividades desenvolvidas pelas federações desportivas, em eventos desportivos que promovam produtos, serviços ou estabelecimentos, ainda que não utilizando o nome ou a imagem da federação, que sejam passíveis de criar um risco de associação à atividade do atletismo, independentemente do local ou momento em que ocorra, depende de autorização da respetiva federação desportiva da modalidade.

K. O Decreto Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março, confere poderes às Federações Desportivas para homologar e/ou dar parecer sobre regulamentos de provas de Atletismo, nomeadamente estrada, pista, montanha e trail running.

base numa proposta fundamentada da 2ª outorgante a apresentar antes do termo da execução do Programa de Desenvolvimento da Atividade Desportiva.

CLÁUSULA QUARTA

Delegação de Poderes – Autorização para a realização de Eventos Desportivos que importem o cumprimento no disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 45/2015, de 09 de Abril

1. A 1.ª outorgante delega na 2ª Outorgante, os poderes que lhe foram conferidos pelo artigo 6º do Decreto-Lei nº 45/2015, de 09 de Abril, para autorizar a realização de Eventos Desportivos que promovam produtos, serviços ou estabelecimentos, ainda que não utilizando o nome ou a imagem da federação desportiva, que seja passível de criar um risco de associação à atividade de atletismo, independentemente do local ou momento em que ocorra, na respetiva área geográfica da 2ª Outorgante.
2. A emissão da suprarreferida Autorização será precedida de um pedido, pela Entidade Proponente, junto de Plataforma informática a indicar pela 1ª Outorgante.
3. Após o pedido, na Plataforma informática, a 1ª Outorgante notificará a 2ª Outorgante para proceder às diligências necessárias à emissão da Autorização, no prazo máximo de 5 dias, devendo o mesmo ser notificado, da forma mais célere possível, à Entidade Proponente.
4. A atribuição de ajuizamento à prova objecto de homologação/autorização, só ocorrerá após o acto de homologação/autorização.
5. A FPA poderá avocar o procedimento de emissão de autorização, nas situações em que se verificar uma demora excessiva na emissão do parecer ou em situações em que ocorram conflitos de competência, positivos ou negativos, entre Associações.

CLÁUSULA QUINTA

Delegação de Poderes – Inscrição de Agentes Desportivos

1. A 1ª Outorgante delega na 2ª Outorgante as funções inerentes à inscrição e validação dos Agentes Desportivos, nos termos da regulamentação em vigor, consultável em <http://www.fpatletismo.pt/>.
2. A 2ª Outorgante, no exercício das funções a que se refere o número anterior, obriga-se a respeitar as normas regulamentares decorrentes, disponíveis em <http://www.fpatletismo.pt/>.
3. Os procedimentos atinentes à inscrição de Agentes Desportivos importam a obrigação da 2ª Outorgante utilizar a Plataforma informática que a 1ª Outorgante disponibiliza para o efeito.
4. A 2ª Outorgante obriga-se a respeitar e fazer cumprir em todos os procedimentos que adotar, o Regime Geral da Proteção de Dados, usando os dados pessoais recebidos, no âmbito das filiações dos agentes desportivos, nos termos legais, somente para fins tidos por convenientes no âmbito da atividade desportiva desenvolvida pelos outorgantes, nomeadamente – atos de filiações; inscrição para participação em competições; registo de transferências de atletas, entre outras.

CLÁUSULA SEXTA

Delegação de Poderes – parecer prévio obrigatório sobre o regulamento de provas de atletismo a realizar na via pública, nos termos do artigo 4º Decreto Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de março

1. A 1.ª Outorgante delega na 2ª Outorgante, os poderes que lhe foram conferidos pela Lei para homologar e/ou dar parecer sobre regulamentos de provas de atletismo, a realizar na via pública, na respetiva área geográfica de competência da 2ª Outorgante.
2. A emissão da suprarreferida homologação e/ou dar parecer sobre regulamentos de provas pela 2ª Outorgante será precedido de um pedido, pela Entidade Proponente, junto de Plataforma informática a indicar pela 1ª Outorgante.
3. Após o pedido, na Plataforma informática, a 2ª Outorgante procederá às diligências necessárias à homologação e/ou parecer sobre o regulamento de prova, de acordo com o plasmado nos artigos 6º e 7º do Regulamento de Homologação de Provas de Atletismo Fora de Pista devendo o mesmo ser notificado, da forma mais célere possível, à Entidade Proponente.
4. A FPA poderá avocar o procedimento de homologação ou emissão de parecer, nas situações em que se verificar uma demora excessiva na emissão do parecer ou em situações em que ocorram conflitos de competência, positivos ou negativos, entre Associações.

CLÁUSULA SÉTIMA

Obrigações da 2ª Outorgante

1. São obrigações da 2ª Outorgante:
 - a. Executar o Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado à 1ª Outorgante conforme referido na Cláusula 1ª, de forma a atingir os objetivos expressos naquele programa;
 - b. Prestar informações e esclarecimentos acerca da execução do presente contrato-programa, sempre que solicitadas pela 1ª Outorgante;
 - c. Organizar e apresentar as suas contas de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para os fins previstos neste contrato-programa;
 - d. Entregar, com a assinatura do presente contrato, à 1ª Outorgante, em formato digital e preferencialmente por e-mail, os seguintes documentos:
 - O formulário de candidatura devidamente preenchido;
 - O programa de desenvolvimento desportivo de 2025;
 - Certificação emitida pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, válida à data da assinatura do presente contrato, atestando que tem a sua situação tributária regularizada;
 - Certificação emitida pela Segurança Social, válida à data da assinatura do presente contrato, atestando que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
 - O Plano de Atividades e Orçamento a desenvolver para o ano 2025, caso pretenda celebrar contrato-programa para esse ano, bem como o formulário próprio de candidatura a disponibilizar pela 1ª outorgante.

website, bem como redes sociais), Logotipos e respetivos símbolos atualizados, bem como o respetivo regulamento de utilização; Para o efeito deverão ser utilizados os e-mails gerais da FPA, fpa@fpatletismo.pt e gabineteapoio@fpatletismo.pt.

- q. Elaborar um relatório final sobre a execução, técnica e financeira, do contrato programa findo;
 - r. Colaborar com a 1ª Outorgante na deteção e seleção de atletas considerados talentos, de acordo com o plano de atividades articulado com a 1ª Outorgante;
2. A 2ª Outorgante reconhece e aceita que a execução do presente contrato-programa poderá, eventualmente, estar sujeita a fiscalização pela 1ª Outorgante, pelo IPDJ, ou por quem, para o efeito for designado, nos termos do nº 2 do artigo 19º do Decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro.
3. A 2ª Outorgante compromete-se a entregar à 1ª Outorgante, sempre que por esta lhe for exigido, todos os documentos necessários à demonstração da sua situação tributária e contributiva, a emitir pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira e pela Segurança Social
4. A 2ª Outorgante reconhece estar ciente das obrigações e limitações que para si decorrem do regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo e declara que cumpre os requisitos ali estabelecidos que lhe sejam aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA

Incumprimento das obrigações da 2ª Outorgante

1. O incumprimento, por razões não fundamentadas, por parte da 2ª Outorgante, das obrigações referidas na Cláusula anterior, bem assim de qualquer outra obrigação assumida neste Contrato ou de qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor, poderá implicar a suspensão total ou parcial dos apoios e participações financeiras e outras por parte da 1ª Outorgante.
2. A 2ª Outorgante deverá restituir à 1ª Outorgante as participações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do competente programa desportivo.

CLÁUSULA NONA

Obrigações da 1ª Outorgante

1. São obrigações da 1ª Outorgante prestar a participação financeira mencionada na Cláusula Terceira, desde que cumpridas as obrigações por parte da 2ª Outorgante.
2. Constituem, ainda, obrigações da 1ª Outorgante:
- a. Apreciar a(s) candidatura(s) que a 2ª Outorgante lhe submeta para a realização de competições de âmbito nacional;
 - b. Participar nas iniciativas conjuntas e previamente definidas, ou previstas no Plano de atividades da 2ª Outorgante, tendentes a aprofundar o conhecimento do atletismo junto de crianças e jovens;
 - c. Colaborar nas ações que a 2ª Outorgante promova no âmbito do ensino-aprendizagem do atletismo;
 - d. Colaborar com a 2ª Outorgante na obtenção de recursos audiovisuais e outros meios de suporte, bem como na deteção e seleção de formadores qualificados e

certificados, com vista à realização de seminários, encontros de reflexão e debate, colóquios, jornadas técnicas ou cursos, nomeadamente os que se encontrem planeados para o ano em curso e se encontrem inscritos no Plano de Atividades da 2ª Outorgante;

e. Enquadrar dentro do plano nacional de formação e educação de atletismo da 1ª Outorgante, as ações contidas no plano de atividades da 2ª Outorgante, desde que elegíveis para o referido plano e haja cabimentação orçamental para o efeito;

f. Conceder o financiamento adequado às ações previstas no programa de desenvolvimento desportivo, dentro dos critérios e valores anunciados no regulamento específico de suporte ao citado plano nacional de formação e educação de atletismo;

g. Colaborar com a 2ª Outorgante na atividade dos Centros de Formação e Desenvolvimento Regional, de acordo com o plano de atividades definido com a 1ª Outorgante.

CLÁUSULA DÉCIMA

Publicitação dos apoios

O presente contrato-programa é publicado e publicitado no sítio internet da 1ª Outorgante, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 93/2014, de 23 de Junho e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Período de vigência

1. O presente Contrato-programa vigorará pelo período de um ano e abrange a totalidade do Programa de Desenvolvimento Desportivo anual da 2ª Outorgante para o ano de 2025.
2. O presente contrato-programa poderá ser alterado ou revogado por mútuo acordo, desde que celebrado por escrito em aditamento ao presente documento, ou resolvido por incumprimento imputável a uma ou a ambas as partes nos termos gerais de Direito.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, nas circunstâncias especialmente previstas e reguladas pelo DL 273/2009 de 1 de Outubro, as condições do presente contrato podem ser alvo de revisão pelas partes outorgantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei aplicável, designadamente o DL 273/2009 de 1 de Outubro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Comunicações

1. Todas as comunicações entre as PARTES deverão ser enviadas por carta, dirigidas para as moradas que constam do preâmbulo do presente Contrato ou por via eletrónica, para o endereço a seguir indicado: fpa@fpatletismo.pt
2. Cabe às PARTES informar sobre eventuais alterações das moradas e endereços de contacto constantes do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Litígios

1. Os litígios emergentes da interpretação das cláusulas do presente contrato-programa, bem assim os surgidos a propósito da sua execução, são submetidos a arbitragem.
2. À constituição e ao funcionamento da arbitragem referida no número anterior é aplicável o disposto na Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.
3. A decisão arbitral que venha a ser proferida é passível de impugnação junto dos Tribunais estaduais competentes nos termos do disposto no art.º 46.º da Lei 63/2011, de 14 de dezembro.

Feito em Linda-a-Velha, em 31 de outubro de 2025
em dois exemplares de igual conteúdo, ficando um na posse de cada um dos outorgantes.

1ª outorgante

Federação Portuguesa de Atletismo

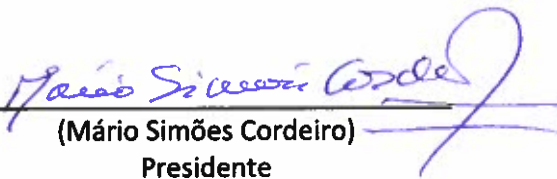


FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
ATLETISMO

(Domingos da Silva Castro)
Presidente

2ª outorgante

Associação de Atletismo de Aveiro



(Mário Simões Cordeiro)
Presidente